

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2022.

(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Solicita informações ao Tribunal da Contas da União – TCU que seja disponibilizado a essa Comissão de Fiscalização Financeira e Controle relatório, inteiro teor, sobre a notícia de superfaturamento na contratação da Covaxin pelo Ministério da Saúde.

Sr. Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro Presidente do TCU informações, relatório, inteiro teor, sobre a notícia de superfaturamento na contratação da Covaxin pelo Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de junho de 2021, o G1¹ noticiou que a CPI do Covid investiga a compra da Covaxin que teve intermediário sem vínculo com a indústria de vacina. O Ministério Público Federal (MPF) de Brasília também investiga o contrato da Saúde com a Precisa Medicamentos para a compra da Covaxin, produzida na Índia.

A negociação para aquisição do imunizante indiano contra covid-19 foi a mais cara e mais rápida da gestão federal na pandemia. Sabe-se que o Presidente Jair Bolsonaro intercedeu pessoalmente para agilizar a compra. Enviou uma carta ao primeiro-ministro da Índia em janeiro.

¹ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/06/21/cpi-investiga-compra-da-covaxin-que-teve-intermediario-sem-vinculo-com-a-industria-de-vacinas.ghtml>



Naquele momento, as empresas Pfizer e Butantan já tinham oferecido contrato para fornecer 170 milhões de doses de vacinas ao Brasil e não receberam o mesmo tratamento. Enquanto o governo levou 330 dias para assinar o contrato com a Pfizer, depois de recusar cinco ofertas do laboratório, o negócio com a Covaxin foi acertado em 97 dias.

Na data do anúncio da compra da Covaxin, o Ministério da Saúde informou que os primeiros 8 milhões de doses chegariam em março, outros 8 milhões em abril e os últimos 4 milhões em maio. Até o momento, porém, nenhuma dose foi entregue ao país, devido a restrições da Anvisa e outros problemas.

Um inquérito civil público que tramita no Distrito Federal apura a prática de improbidade administrativa na compra da Covaxin relacionado ao governo ter autorizado o empenho do valor antes de receber as doses, a cláusulas consideradas benevolentes no contrato e à falta de punição após a não entrega das doses no prazo.

A Procuradora Luciana Oliveira, que conduz o inquérito na esfera civil, afirma que “a omissão de atitudes corretivas da execução do contrato, somada ao histórico de irregularidades que pesa sobre os sócios da empresa Precisa e ao preço elevado pago pelas doses contratadas, em comparação com as demais, torna a situação carecedora de apuração aprofundada, sob duplo aspecto, cível e criminal”.

Pesou para essa decisão o depoimento de Luís Ricardo Miranda, irmão do deputado Luís Miranda, ao Ministério Público, no qual ele relatou pressões incomuns para acelerar a importação das doses da Covaxin e pedidos que a Anvisa abrisse uma exceção para o caso. O mesmo tipo de pressão não teria ocorrido no caso das outras vacinas, segundo ele.

Um relatório técnico produzido pelo Tribunal de Contas da União também aponta “possíveis impropriedades” no processo de aquisição das doses da Covaxin, como falta de negociação sobre preço e de avaliação dos riscos de não cumprimento do contrato.

Importante lembrar que em dezembro de 2018, ainda no governo Michel Temer, o Ministério Público Federal instaurou uma ação de improbidade administrativa contra o então ministro da Saúde, Ricardo Barros, e contra a empresa Global pelo pagamento antecipado de R\$ 20 milhões por



medicamentos que não haviam sido entregues. O processo ainda não foi encerrado.

As empresas Global e Precisa possuem em comum o empresário Francisco Emerson Maximiano, que além de dono da Precisa, também é sócio da Global Gestão de Saúde. Ele foi o responsável pela intermediação da compra da vacina entre o governo federal e o laboratório que produz a Covaxin na Índia.

Em 23 de junho, a Isto é² revelou que sete dias antes de assinar o contrato para fornecimento da vacina indiana Covaxin, a Precisa Medicamentos, que também representa a companhia Cupid Limited em uma negociação para a aquisição de preservativos femininos, acrescentou um aditivo que dobrou o valor desse contrato da licitação junto ao Ministério da Saúde.

Uma reportagem exclusiva da CNN Brasil, que analisou os dados do Portal da Transparência, mostra que a Precisa Medicamentos assinou um contrato para fornecimento de 5 milhões de preservativos femininos em 13 de novembro de 2020, com valor inicial de R\$ 15,7 milhões, que passou para R\$ 31,5 milhões em 18 de fevereiro.

Ainda, nesse contexto houve um crescimento de 6.000% da empresa Precisa no governo de Jair Bolsonaro, conforme divulgação do Jornal Brasília²⁴⁷³. Desde 2019, primeiro ano de Bolsonaro, a Precisa fechou ou intermediou acordos que somam R\$ 1,67 bilhão. No atual governo, o empresário Francisco Maximiano, dono da Precisa, também ganhou acesso a ministérios, ao BNDES e à embaixada do Brasil na Índia".

Por todo o exposto, tal solicitação se baseia na necessidade do colegiado parlamentar desta Comissão em levantar o máximo de informações por meio de auditorias que serão ou já tenham sido realizadas por aquele Tribunal e que possam colaborar com nossa fiscalização e controle.

Plenário, 31 de maio de 2022.

Dep. Leo de Brito PT/AC

² <https://istoe.com.br/antes-de-negociar-covaxin-empresa-conseguiu-aditivo-em-contrato-de-preservativos/>

³ <https://www.brasil247.com/regionais/brasil/empresa-precisa-intermediaria-da-covaxin-cresceu-6-000-no-governo-bolsonaro>

